

Apresentação

Alexsandro do Nascimento Santos¹
Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz²
Rodnei Pereira³
Vanessa Ester Ferreira Nunes⁴
Emerson Soares Barbosa⁵

Nas últimas décadas, os estudos sobre políticas públicas, no Brasil, têm aumentado consideravelmente. A necessidade de compreender as ações que partem do Estado, como principal instituição política, social e jurídica, e influenciam diariamente a vida de milhões de pessoas, tem servido como estímulo para que diversas universidades e instituições de pesquisa produzam conhecimento científico socialmente relevante e comprometido com o bem comum e a democracia. No que se refere, especificamente, ao ciclo das políticas, com destaque para a etapa de implementação, os estudos ainda são recentes e estão em processo de crescimento, o que evidencia sua relevância e importância.

A implementação das políticas educacionais está relacionada ao dever do Estado e da sociedade em concretizar o direito à educação, um processo complexo e relacionado a diferentes contextos, instituições e atores sociais. E tanto a literatura quanto a empiria têm mostrado que não há um caminho único para que tudo o que foi pensado seja concretamente vivido, cotidianamente. O processo de implementação de políticas - e é fundamental sublinhar que se trata de um processo - se dá em realidades múltiplas, desafiadoras, e em meio a constantes trocas intersubjetivas, grupais e culturais, associadas a processos de negociações, diálogos, disputas e, por vezes, conflitos e ambiguidades.

Focalizar o processo de implementação como objeto de pesquisa significa superar perspectivas ingênuas ou restritas que, ao elegerem como preocupação exclusiva a formulação das políticas públicas, ou a mensuração de seus resultados e impactos, deixam de visibilizar os mecanismos através dos quais as intenções

1 Universidade Cidade de São Paulo

2 Universidade Cidade de São Paulo; Fundação Escola de Sociologia e Política

3 Universidade Cidade de São Paulo; Fundação Carlos Chagas

4 Universidade Cidade de São Paulo

5 Universidade Cidade de São Paulo

propostas na formulação: a) enfrentam os obstáculos e aproveitam as potencialidades das arenas de sua realização objetiva; b) são revistas e atualizadas no processo interativo de implementação; c) interagem com outras políticas inscritas nos territórios e sob a responsabilidade dos mesmos agentes; e d) encontram os beneficiários, ou usuários, e produzem efeitos heterogêneos e diversificados.

A ampliação de estudos sobre implementação de políticas educacionais tem acontecido de forma progressiva, no Brasil. Pesquisadoras e pesquisadores do campo da educação e do campo inter/transdisciplinar de políticas públicas avançaram em agendas conexas de pesquisa, coligindo esforços metodológicos, analíticos e institucionais. O Grupo de Pesquisa Implementação de Políticas Educacionais e Desigualdades (Giped), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação e ao Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais, da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid), tem se dedicado a essa agenda, mobilizando diferentes perspectivas teórico-metodológicas e se debruçado sobre diferentes políticas e programas educacionais. De modo mais amplo, a criação da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (Reippe) é, também, um marco importante desse processo.

A partir de proposta apresentada pelo Giped é que a revista *Parlamento e Sociedade* abriu chamada pública para um dossiê, composto por dois volumes, com o tema das políticas educacionais e seus processos de implementação. Os artigos reunidos nesses dois volumes apresentam resultados de pesquisas originais e compõem um panorama interessante da agenda.

O primeiro volume, intitulado *Políticas Educacionais em Movimento: Estudos de Implementação*, foi publicado no primeiro semestre de 2024 e está disponível gratuitamente em http://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2024/07/revista_parlamento_e_sociedade_v12_n22_.pdf

Na abertura do segundo volume, intitulado *Estado, Sociedade e Processos Educativos*, o leitor encontrará o artigo *Panorama do Financiamento da Educação no Estado de São Paulo: Escolhas Alocativas e Governança do Gasto Público entre 2013 e 2022*, de autoria de Lauana Simplício Pereira, Ursula Peres e Renata Bichir, que analisam a trajetória de alocação de recursos e as estruturas de governanças inseridas nesse processo. Descrevendo a evolução dos gastos públicos com educação, as autoras conseguiram observar as principais áreas de alocação de recursos e os órgãos responsáveis por essas movimentações financeiras, à luz das restrições e possibilidades do federalismo cooperativo.

O segundo artigo, intitulado *A Indisciplina na Percepção de Professores de uma Escola da Rede Pública Estadual Paulista*, foi escrito por Renato Carlos da Silva, Ida Carneiro Martins, Vitor Claudio dos Santos e Roberto Gimenez. Por meio da aplicação de questionários, os pesquisadores analisaram a percepção docente sobre a indisciplina, em conteúdos ministrados no cotidiano escolar, incluindo práticas de gestão democrática e como a participação ativa dos estudantes pode contribuir para a melhor convivência entre professores e alunos.

O terceiro texto, intitulado *Educar para o Desenvolvimento Socioemocional em Cursos Técnicos: a Percepção de Educadores do Senai*, de autoria de Enéias Nunes da Silva, Alexsandro do Nascimento Santos, Marcos Roberto Diniz e Tarsila Roquete Fernandes de Oliveira Santiago, tem como tema o desenvolvimento socioemocional de estudantes do ensino técnico-profissional. Os autores destacam um conjunto de elementos que dificulta o trabalho com esse tema, especialmente pela ausência de formação específica para as equipes gestoras e os docentes.

No artigo seguinte, em que se apresenta a *Formação como Possibilidade de Aprimoramento Profissional de Dirigentes Municipais de Educação*, de autoria de Izabel Soares de Souza, Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz e Sonia Maria Barbosa Dias, discute-se a importância da formação dos dirigentes municipais de educação, responsáveis diretos pela gestão da área educacional. As autoras destacam a escassez de estudos e iniciativas de formação para esses profissionais, que são os mobilizadores centrais das políticas educacionais, em todas as suas etapas.

Finalmente, o artigo *Avanços Legais na Perspectiva das Políticas Públicas de Educação para as Relações Étnico-raciais*, de autoria de Vanize Zambom Niederauer, Alexsandro do Nascimento Santos, Vanessa Ester Ferreira Nunes, Isa Daniele Mariano de Sousa Sá e Tarsila Roquete Fernandes de Oliveira Santiago, encerra o segundo volume. Mobilizando uma análise das diferentes normas organizadoras do esforço brasileiro de educação para as relações étnico-raciais, o texto apresenta a trajetória histórica das proposições políticas em torno do tema, revelando suas contradições, tensões e os avanços.

Acreditamos que o conjunto de estudos reunidos nesses dois volumes pode contribuir para a qualidade no debate acadêmico sobre a implementação de políticas educacionais. Em uma conjuntura na qual parte da população anseia por mudanças, compreender como as ações do Estado afetam a vida dos diferentes grupos sociais torna-se essencialmente necessário para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.